

PRECISAMOS SABER FAZER AS PERGUNTAS CERTAS¹

Fernando Roberto de Freitas Almeida²

Resumo

A perplexidade com desenvolvimentos recentes da política brasileira vem sendo contemplada com diversas análises sobre a complexidade da sociedade contemporânea. Contudo, a evolução social que a provocou não ocorreu apenas aqui. Resulta de movimentos globais no sistema capitalista, que levaram à implantação de uma razão de mundo neoliberal, individualista e agressiva.

WE NEED TO KNOW ASK THE RIGHT QUESTIONS

Abstract

The perplexity with recent developments in Brazilian politics has been contemplated with several analyzes on the complexity of contemporary society. However, the social evolution that caused it not occur only here. It results from global movements in the capitalist system, which led to the implantation of a neoliberal, individualistic and aggressive world reason.

¹ Artigo recebido em 13/10/2020. Avaliação em 20/10/2020. Aprovado em 15/11/2020. Publicado em 22/12/2020.

¹ Docente da Unesp

² doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenador da graduação em Relações Internacionais, da Universidade Federal Fluminense

Uma das perguntas mais comuns no cotidiano dos brasileiros que se preocupam em procurar soluções para os problemas que parecem se aprofundar a cada dia é: como pudemos chegar a este ponto? Em tom jocoso, com frequência também se fala sobre a dificuldade dos historiadores do futuro para explicarem o que vem acontecendo por aqui agora. Pode-se recuar um pouco no tempo. Quando este cenário distópico começou a ganhar forma?

- em 2005, quando se tratou dos procedimentos do que veio a ser conhecido como “mensalão”?;
- com o descontentamento dos militares com a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011?
- quando manifestações de rua sobre aumentos de preços de transportes municipais foram transformadas, em pouco tempo, mediante ações nunca devidamente investigadas, transformaram-se em atos políticos (que se diziam apolíticos) contra a presidenta Dilma, em 2013?
- com a conhecida tática de *lawfare* encaminhada pela Operação Lava Jato, desde 2014?
- com as ações sabotadoras do governo Dilma, dirigidas pelo presidente da Câmara do Deputados, o deputado federal Eduardo Cunha?
- com o esdrúxulo pedido de recontagem de votos feito pelo candidato derrotado em 2014?
- com a consumação do novo tipo de golpe, parlamentar-jurídico-midiático-militar, de 2016?

Aparentemente, tudo isso se encaixa numa mobilização de setores conservadores contra os programas de inclusão social e com a diplomacia que colocava o Brasil em posição de destaque num mundo que parcelas das elites de renda brasileira pensam ser privativo de potências estabelecidas há muito tempo. Também podem ser consideradas como motivadoras as ações da presidência da República que estavam começando a mexer com velhos ninhos controlados por políticos conservadores encastelados no poder há décadas. No entanto, tratam-se de articulações que envolvem os mais diferentes atores políticos e econômicos, nacionais articulados com estrangeiros, em que projetos de poder pouco diferentes entre si, os das direitas tradicionais, foram se desenvolvendo, fazendo-as aprender como atuar para superarem, de qualquer maneira, os projetos apresentados por seus antípodas,

as variadas formas de esquerda. Bobbio (2011) mostra detidamente as distinções entre as duas posições, na democracia liberal, ou burguesa. Com efeito, manter o *status quo* político-econômico é o interesse unificador da direita, mais fácil de se conseguir do que implantar as muitas propostas de reforma – ou revolução – que partem das esquerdas e que levam à sua conhecida dificuldade de união.

Como a onda conservadora-reacionária que vemos por aqui não é única, inédita, ou original, ocorrendo em vários locais, o presente texto procurará apresentar uma análise sintética dos movimentos de mais longo prazo, que desembocaram na situação atual. Não há quem não perceba como os seres humanos, em distintos locais, foram perdendo, nas últimas décadas, a ideia de construção de um futuro comum. Simplesmente, alguns querem recuperar essa ideia, enquanto outros acreditam que a disputa individual por poder e riqueza supera a luta pelo bem comum. Afinal, se a chamada Ciência Econômica, ao mesmo tempo que afirma que “os recursos são escassos, mas as necessidades humanas são ilimitada”³, afirma também a racionalidade do indivíduo sobre a coletividade. Uma derivação desta justaposição de afirmações leva ao que hoje se chama de “empreendedorismo” e a uma lógica perversa de que, se alguém não “venceu na vida” foi porque não se esforçou. Sequer se questiona a existência de “necessidades ilimitadas”. Desejos ilimitados até podem ser, cabendo colocar de modo destacado que precisam ser contidos, por um “simples” imperativo categórico: a Ética.

A racionalidade do indivíduo, desprovido da noção de cidadania, mas formado como consumidor, é outro tipo de pensamento que se disseminou com rapidez em anos recentes e, hoje, com posições políticas que se coagularam em torno de algo chamado “bolsonarismo” é outro motivo de inquietação para quem reflete sobre os comportamentos aparentemente irracionais, diante da gravidade de uma pandemia. Como tantos milhões de pessoas, num dos países mais desiguais do mundo, foram – e vêm sendo capazes – de tamanha falta de empatia?

Vamos recuar mais um pouco, pois parece que o pensamento econômico também apresenta “sístoles e diástoles”, influenciadas pelas crises de um modo de produção que se renova através de crises. Sístoles e diástoles foram uma metáfora usada por

³ O pensador considerado fundador da Ciência Econômica, o escocês Adam Smith, não tinha exatamente esta visão. Como filósofo moral que era, em seu primeiro livro, “*A Teoria dos Sentimentos Morais*” ou “*Ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos*”, de 1759, priorizou o conceito de “simpatia”, como mitigador de comportamentos agressivos na sociedade.

um dos estrategistas de nossa ditadura militar para tratar da sucessão de períodos de abertura e de fechamento político.

Deste modo, apenas dois anos após o fim da II Guerra Mundial, um grupo de intelectuais conservadores europeus iniciou a reação à vitória do ideário no âmbito da Economia, que preconizava a ação do Estado para a superação de crises econômicas. Cinquenta deles se reuniram no Mont Pelérin, localidade próxima a Montreux, na Suíça, para a criação de uma sociedade, sem sede fixa, que passaria a defender a velha orientação liberal. Esta, pelos próximos trinta anos, seria quase reduzida à posição de curiosidade acadêmica. Batalhariam por um Novo Liberalismo econômico, num contexto de formação e aprofundamento do caráter intervencionista do Estado, que obteve sucesso, levando à criação de algo novo: o “Estado do Bem-Estar Social”. Na década anterior, anos 1930, o fracasso em garantir a manutenção dos empregos e das estruturas físicas em diversos países e, onde havia, assistenciais, das democracias liberais, as havia desacreditado. A ascensão de diferentes formas do que hoje conhecemos como Fascismo, desde a criação do Partido Nacional Fascista, por Mussolini, em 1919, parecia mostrar que regimes autoritários seriam os únicos capazes de gerar emprego e preservar valores arraigados. Pretendendo ser oposição à direita tradicional e a todas as esquerdas, foi marcado pelos ataque ao Liberalismo, ao Marxismo, ao Anarquismo e ao Socialismo. Nunca escondeu o que pretendia.

Desde 1923, John Maynard Keynes chamara a atenção para o fato de que “no longo prazo, estaremos todos mortos” e, dez anos depois, começava-se a lidar com a extrema necessidade de superação dos estragos provocados pela quebra da bolsa de Nova York, seguida pela Grande Depressão. Não haveria como esperar por ações desarticuladas dos agentes privados para sair da crise, e para evitar movimentos de massa contra o sistema. Muitas formas de “modernidade” foram se desenvolvendo, com as várias formas de fascismo prosperando (Franquismo, Salazarismo, o Estado Novo brasileiro, depois do português, são estudados entre elas). A modernidade da economia planificada soviética, por sua vez, não era apenas modelo para esquerdas no mundo todo, era, também, motivo para que as democracias liberais se vissem forçadas a ceder às pressões dos trabalhadores.

Passados trinta anos, porém, os parques fundadores do Neoliberalismo, e seus primeiros seguidores, conseguiram testar seus intentos em países periféricos, em

especial o Chile. Apenas após a imposição de um regime autoritário de caráter fascista, poderiam implantar ideias que não seriam eleitas por populações esclarecidas. A seguir, aproveitando-se das dificuldades provocadas pelas diversas crises dos anos 1970, também obtiveram sucessos eleitorais em países centrais do capitalismo, a partir da posse de Margaret Thatcher, no Reino Unido e do ex-ator Ronald Reagan, nos EUA. Tornaram-se o Adão e a Eva do Neoliberalismo.

A difusão do ideário neoliberal contou com apoio de parcelas amplas do empresariado, em todos os países, como os fascismos contaram anteriormente. Cabe destacar a enorme contribuição dos meios de comunicação, mantidos por propagandas de empresas privadas, desejosas de capturar o grande patrimônio público montado nos “trinta anos gloriosos” (1945-1975, destacadamente nos países centrais, não necessariamente na periferia do sistema).

Citei acima a questão de as populações esclarecidas não serem propensas a concordar com propostas contrárias a seus interesses. Então, que tal um movimento para “desesclarecê-las”, algo que seria muito bem encaminhado pela mídia, pela rede de ensino privada, e, cada vez mais, pelo movimento de evangelização neopentecostal, tão bem deslançado pelos EUA a partir, justamente, dos anos 1970?⁴

Passados mais trinta anos, desde as vitórias eleitorais de Reagan e Thatcher, assistiu-se à transformação do Neoliberalismo numa “nova razão do mundo”, como bem o definiram os franceses Pierre Dardot e Christian Laval.⁵ Em alguns países, porém, houve reação à total insensibilidade neoliberal às reais necessidades humanas (p. ex., o emprego foi transformado pelos neoliberais em mera variável de ajuste, para as elites de renda terem melhores condições de investimento). O Brasil foi um deles, após a orientação antinacional adotada aqui nos anos 1990, com a adoção, a partir de 2002, de um conjunto de políticas voltadas para aspectos sociais, que alguns denominaram “Neodesenvolvimentismo”, outros como “Estado Logístico”. Contudo, em nenhum lugar conseguiu-se reverter os esforços para a desinformação e para a

⁴ Interessante registrar que autores que se dedicaram a procurar explicar a permanência e posterior expansão do conservadorismo e de seu evidente moralismo, como Edgar Morin (*Cultura de Massas no Século XX. Neurose e Necrose*, lançado na França em 1975, edição brasileira de 2006) e Albert Gore (*O Ataque à Razão*, 2006) apontaram como essencial neste processo, o momento em que os canais de TV superaram os jornais e rádios como maiores difusores de notícias: 1963, tanto na França, quanto nos EUA. Um ano depois, a ditadura brasileira soube se valer muito bem das redes de TV para difundir seus projetos.

⁵ “*A Nova Razão do Mundo*”, publicado em 31 de dezembro de 2016.

difusão de comportamentos cada vez mais individualistas, de fato egocêntricos, sem preocupações coletivas mínimas.

O movimento amplo de “desesclarecimento”, foi facilitado pela formação de grupos em redes sociais, abastecidos por notícias falsas, plantadas por empresário de todos os portes, e, também, por instituições públicas diversas. Afinal, não se falou por aqui em “com o STF com tudo”, sem um cálculo político por trás. Mero cálculo de sobrevivência: o avanço, ou o retorno, de projetos de efetivo interesse das massas populacionais, em vários países periféricos, poria em risco privilégios de classe obtidos ao longo de décadas de dominação. A reversão das políticas públicas de caráter social era a reversão da reversão, vale dizer, voltar ao ambiente neoliberal, tão difundido entre os anos 1970 e 1990, quando a concentração de renda e a precarização das condições do trabalho foram ficando cada vez mais parecidas com o século XIX, o século de ouro do Liberalismo Econômico.

Em alguns países, estes movimentos aconteceram de forma rápida, mas nenhum deles foi tão rápido quanto o ocorrido no Brasil. A vitória eleitoral do grande empresário Donald Trump, nos EUA, em 8 de novembro de 2016 acarretou um desmonte aparentemente irracional de órgãos públicos de grande relevância, em várias áreas. Os riscos da interrupção abrupta de políticas de controles ambientais e sanitários são incalculáveis, mas os EUA possuem recursos econômicos, financeiros e humanos em tal escala, que um próximo governante da centro-esquerda local terá como tentar reparar os estragos com menos riscos de total fracasso. Lewis (2019) apontou para a gravidade da situação a ser enfrentada por cidadãos e governantes estadunidenses no futuro, em razão do rompimento de redes de governabilidade e de assistência social construídas por décadas nos EUA.

A cobertura jornalística internacional, a que preza por sua reputação, liberal ou progressista, tem sucessivamente manifestado perplexidade com a forma como o Brasil, reconhecido há décadas como um bom negociador em política externa e defensor das melhores práticas em termos de políticas sociais e ambientais, desfigurou-se tão rapidamente.

Com efeito, o conservadorismo estrutural brasileiro vinha enfrentando arranhões em sua couraça desde o início do século XXI e metodicamente articulou-se para retomar o controle do país, o que resultou no golpe de 2016. Todo o saudosismo da extrema direita foi expresso na declaração de voto de um deputado

folclórico, dois anos depois eleito presidente, na consumação do golpe, quando saudou a memória de um torturador psicopata. Nada lhe aconteceu. Por que?

Desconhecendo, por vezes de modo deliberado, o fim da Guerra Fria, retornaram as palavras de ordem anti-comunistas, agora associadas a um inacreditável negacionismo, não apenas da Ciência, mas do próprio Iluminismo. O realinhamento da diplomacia brasileira à dos EUA faz parte deste processo, incluindo-se aí até mesmo as visões equivocadas quanto à tragédia da Covid-19. O modelo do presidente brasileiro, Donald Trump, foi obrigado a rever posições, nesta questão, meramente por estarem prejudicando sua campanha para a reeleição, em novembro de 2020.

Sobre este modelo estadunidense, cabe lembrar, que, em 1964, o general Juracy Magalhães, designado embaixador em Washington, proferiu frase tornada emblemática daqueles tempos: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Poucos sabem que ele estava parafraseando afirmação atribuída a um executivo da GM, quando ocupou cargo no governo estadunidense: “O que é bom para a General Motors é bom para os Estados Unidos”. O governo imposto aos brasileiros naquele ano é considerado o segundo momento em nossa história em que se decidiu por um alinhamento automático aos EUA, na política externa. O primeiro momento ocorreu quando outro militar, o marechal Eurico Gaspar Dutra chegou ao poder, eleito, em 1946. Ali, abandonamos o posicionamento denominado “americanismo pragmático”, que nos permitia efetuar barganhas no sistema internacional e, por algum tempo, até 1950, passamos a um “americanismo ideológico”. Esperaram-se grandes recompensas, que não vieram, como não estão vindo agora. Por que o mais forte – muitíssimo mais forte - seria algo mais do que apenas condescendente com o fraco que proclama sua subserviência?

Naqueles dois momentos, 1946/50 e 1964/67, o pensamento conservador brasileiro via no “movimento comunista internacional” um inimigo civilizacional, que teria aliados internos contra os “valores tradicionais” da “nação”. Vivemos agora um terceiro momento do “americanismo ideológico”, embora a cobertura que seria dada contra os comunistas, pelo poderio estadunidense, não tenha mais o menor sentido. Devido a esta opção, que contraria posições históricas da diplomacia brasileira, levando-nos a alinhamentos secundários com países cujos governos se posicionam

com pautas contrárias a quaisquer avanços não só sociais, mas também científicos, nossa imagem no mundo hoje é péssima.

Num contexto em que as disputas entre os grandes polos de poder global poderiam nos ajudar a buscar vantagens diversas, adotam-se posições de negação da realidade, com idealizações derivadas de grande desconhecimento de questões sérias. Tudo que se fez em termos de política externa, no atual governo, trouxe e continuará trazendo problemas, mas um ponto de inflexão ditado pelo exterior poderá colocar mais dificuldades: a eleição presidencial nos EUA. As posições retrógradas de nossa diplomacia ainda não nos transformaram em párias completos, por serem meramente espelhamento do governo Trump (também considerado o mais despreparado que aquele país já teve). A vitória eleitoral de Joe Biden, democrata, em 3 de novembro próximo, poderá nos isolar radicalmente. Tentando evitar problemas maiores, a ala militar de apoio a Bolsonaro e setores menos ideológicos de seu governo começam a ver a necessidade de substituição do chanceler e do ministro do Meio Ambiente, que promove sistemático desmonte da legislação ambiental, tida como das mais avançadas do mundo. Até o momento, parece muito difícil que o presidente da república entenda o que ocorre no plano global, até porque suas preocupações são sempre estritamente paroquiais. Pautas como pontos em carteiras de motorista, “pardais” nas estradas, cadeirinhas de criança nos automóveis, campeonatos de futebol, seriam pouco relevantes, como questões de Estado, em qualquer momento. Durante uma pandemia, são vistas como devem ser: absurdas, alienadas, provenientes de uma mente que só consegue pensar pequeno.

Nos tempos estranhos em que vivemos, os mais diversos posicionamentos antissociais, antidemocráticos e, mais grave, anti-humanos, são apresentados com frequência e despudor. Não são ações aleatórias, são programadas com dois objetivos básicos: manter a coesão em torno de um projeto autoritário e intimidar os que dele discordam. Os defensores desse projeto enclausuram-se em bolhas obscurantistas nas redes sociais, sendo raramente contidos em seus exageros, por medidas judiciais. A maioria discordante vê-se sob as mais diversas ameaças, incluindo físicas, contribuindo ainda mais para o ambiente depressivo que a pandemia provoca.

Veja-se o caso do apoio presidencial a um medicamento já afastado como opção de tratamento para a Covid-19 em todos os países que dispõem de pesquisa

séria na área, a cloroquina/hidroxicloroquina. Alguém não percebe a mera repetição das opiniões de Donald Trump? Contudo, há as perversões locais, muito sérias:

- ilusão de cura fácil, para pôr fim a todas as iniciativas de prefeitos e governadores que visam ao afastamento social;
- procurar minorar, pelo citado acima, a crise da economia, acirrada pela gestão ultraliberal retrógrada de seu ministro da Economia, um liberal de Chicago⁶, que se voluntariou para trabalhar no Chile da ditadura de Pinochet;
- possível favorecimento a empresários apoiadores produtores de insumos para a fabricação desses medicamentos, o que está sendo investigado. Afinal, por que, em maio de 2020, o Ministério da Saúde adquiriu um componente essencial, por R\$ 220,00 o quilograma, mas um mês depois, o Laboratório do Exército comprou, sem licitação, o mesmo produto, por R\$ 1.300,00/kg. Será alegada a urgência, é claro. O ministro da Saúde, general da ativa, não se manifestou a respeito. Bem ao contrário, mandou alterarem os protocolos sanitários, para o uso dos dois medicamentos, tendo agora que escoar estoques elevados deles, produzidos pelo Exército e, também, doados pelos EUA, que já os refugaram.

A repetição dos mantras conservadores/reacionários também visa a naturalizá-los, como se faz com as referências à possível reeleição de Bolsonaro, em 2022, embora, até meados de 2020, já houvesse 48 pedidos de *impeachment* acumulados na Câmara Federal. Tais mantras sempre fizeram parte da sociedade brasileira, marcada por arraigado conservadorismo estrutural, mas agora são disseminados em escala que nunca haviam podido alcançar. Basta pensarmos que uma mera estimativa de haver cerca de 25% de apoiadores do que, de fato, é um projeto regressivo em larga escala, envolve muitos milhões de pessoas, todas elas devidamente “desesclarecidas”.

Entre os muitos brados autoritários, destaca-se, pelo menos desde 2013 (talvez 2005), o da “intervenção militar” que, a seguir, recebeu o adjetivo “constitucional” em faixas verdes e amarelas. A base em que se apoia é a evidente presença política das Forças Armadas em nossa história, especialmente a do Exército. Recentemente, a principal referência é o Artigo 142, da Constituição Federal. O que ele diz é:

⁶ Escola de Economia a partir da qual o economista Milton Friedman, da Sociedade Mont Pelérin, formou adeptos para difusão do reacionarismo econômico no mundo todo, os “Chicago Boys”. A concessão do Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel (não é um Prêmio Nobel, de fato), pelo Banco da Suécia, em 1976, logo após o golpe militar no Chile, provocou reação negativa naquela universidade.

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Este texto resulta das pressões militares quando da elaboração da nova Constituição, até 1988, sob ação direta do general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército de José Sarney, escolhido por Tancredo Neves.

Atualmente, contrariando a tradição democrática, temos um general à frente do Ministério da Defesa e ele, junto ao presidente e ao vice, divulgou nota informando que as FA “não cumprirão ordens absurdas”. Isto ocorreu em 12/6, após o ministro Fux, do STF, emitir decisão provisória que delimita o Art. 142. O caráter inusitado da nota presidencial causou incômodo generalizado, inclusive na ativa das FA, e faz parte do projeto de naturalização do autoritarismo. O número de militares em postos civis na esfera federal nunca foi tão alto, nem nos tempos da ditadura, cerca de 6.000, tendo-se, como já citado um general da ativa, especializado em logística, comandando o Ministério da Saúde por meses, sem a menor qualificação para o cargo.

Desde os primórdios do golpe de 2016, fala-se na “intervenção” e no “poder moderador” que os militares deveriam exercer, em apropriação do Poder existente no Império, prerrogativa do imperador, deposto, aliás, por um golpe militar. Como muito bem observou o professor Alcides Costa Vaz (UnB), presidente da Associação Brasileira de Estudos da Defesa (Abed) em entrevista recente, o que de fato os militares devem moderar são as atitudes do colega Jair Messias Bolsonaro.

Pesquisa feita pelo Grupo *Civilis Actio*, do Instituto de Estudos Estratégicos da UFF, coordenado pelo professor Frederico Carlos de Sá Costa, apontou a existência, nos países sul-americanos analisados, de preceitos constitucionais que preveem medidas favoráveis a intervenções militares e implantação de estados de exceção. Não por acaso, estes países apresentam elevados índices de desigualdade social, raiz de uma violência endêmica, e, no Brasil, esta, após anos de declínio acentuado, aumentou novamente. Fomos recolocados no Mapa da Pobreza, após saída recente dele, comemorada no mundo todo. Só nos dois últimos anos, 5,4 milhões de brasileiros passaram à extrema pobreza. Pensar em “garantia da lei e da ordem” significa, para as elites de renda locais, disporem de mecanismos que lhes garantam sua permanência no poder. Para as classes médias que se veem como elite, significa

a ilusão de terem segurança para manterem seus pequenos projetos de ascensão social. Bem em conformidade com a “nova razão do mundo” neoliberal.

Deve-se a todo momento lembrar a vigência permanente de medidas de exceção, nunca declaradas, para as populações pobres, hoje as maiores vítimas da pandemia e cada vez mais desassistidas, não se podendo esquecer da Emenda Constitucional 95, que congela gastos públicos por vinte anos. Desrespeito a seus direitos mais óbvios sempre houve e se deve é questionar o porquê de não haver indignação e revolta muito maiores do que as registradas na História. Quando excepcionalidades se multiplicam, são naturalizadas, vistas como obviedades de que não se pode escapar. Na atualidade, ocorre expansão da arbitrariedade a todas as classes sociais, o que pode significar perigoso ponto de inflexão.

Segundo importante estudioso desse tema,

As medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal (AGAMBEN, 2004).

A população em geral não se conscientizou da arbitrariedade que é o emprego corriqueiro do instrumento da condução coercitiva aplicada a pessoas que não se recusaram a depor e nem sabiam de quê estavam sendo acusadas. Recentemente, nosso aparato judiciário-policial voltou-se contra as universidades públicas, justamente onde se concentra a educação de ponta no país (das doze melhores universidades brasileiras, dez são públicas), procurando de modo espetacular associá-las às investigações sobre as relações promíscuas entre o empresariado e os políticos). As operações da PF receberam os nomes provocativos de “Research”, “PhD”, “Ouvidos Moucos”, “Torre de Marfim” e “Esperança Equilibrista”. Da ação atrabiliária desse aparato, um reitor de universidade federal, a de Santa Catarina, foi submetido a tratamento absurdo por policiais, incluindo revista íntima. A humilhação foi tamanha, que resultou em seu suicídio e o fato investigado não dizia respeito a seu período na direção da instituição. Há motivos suficientes para que se considerar que a sempre precária democracia brasileira está em risco. Havia, em anos recentes:

[...] processos que caberia ver como avanços: não só o aparente enraizamento da democracia inaugurada com a Nova República

mas também, em particular, justamente a trajetória do PT, superando o veto latente a sua emergência (REIS, 2017, p. 17).⁷

A transformação dos processos democráticos em formalismos ligados a nomes de destaque na sociedade (podem ser políticos, ou empresários conhecidos da população) é um fenômeno que expressa o desgaste das instituições liberais, não apenas no Brasil. Situação bem analisada por Casara (2017).

Em termos de cerceamento ao pensamento científico e aos proponentes de avanços no processo civilizatório num país com carências graves, convém registrar que a naturalização de atitudes violentas e retrógradas corre com desenvoltura. Deve-se lembrar que o militar retirado das Forças Armadas, agora chefe do Executivo, foi quem mais recorreu a processos com base da Lei de Segurança Nacional, um instrumento da ditadura de 1964 a 1985. Foram trinta inquéritos em um ano e meio de governo. À guisa de comparação, nos oito anos de governo de Luís Inácio Lula da Silva, foram 29. A permanência deste “entulho autoritário” mostra como os setores progressistas de nossa sociedade menosprezaram a importância de derrocá-lo. A mera crítica ao posicionamento do “supremo mandatário” e de sua equipe (que registra a presença, em várias pastas, dos piores chefes que já passaram por elas, em toda a história da República) quanto à pandemia, ou ao desmonte de órgãos ambientalistas, é agora suficiente para um processo com base na LSN.

Discussões nesse campo, sejam em termos jurídicos, ou meramente sobre informações banais de temas científicos (em outros países, ou em outros tempos daqui mesmo) ou passam ao largo dos apoiadores do governo federal, ou resultam em hostilidade aberta.

Tendo reduzido o Brasil à condição global de “anão diplomático” (um funcionário do governo israelense havia disso isso, em momento equivocado, mas agora vale) e à de pária no sistema internacional, o presidente também encarna aspirações de regresso a um passado mitológico, não o nosso, que ele desconhece, mas um importado. Para seu chanceler, o Brasil deve ser um cruzado pelo restabelecimento dos valores cristãos”. Para sua base de apoiadores religiosos, o modelo seria Israel do Velho Testamento, algo que nada tem a ver o Israel atual. Infelizmente, para os brasileiros, suas Forças Armadas, em especial o Exército que,

⁷ O autor lembra a ameaça feita por Mário Amato, então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, de que, em caso de vitória do Partido dos Trabalhadores, em 1989, 800 mil empresários brasileiros sairiam do país.

como citado anteriormente, controla boa parte do Estado hoje, não pensa diferentemente, em termos de imposição de valores cristãos arcaicos.

Todas essas ações oficiais ocorrem num ambiente de “linguagem empobrecida”:

Assim, uma linguagem empobrecida antecipa sentidos empobrecidos e estruturalmente violentos, pois se fecham à alteridade, às nuances e à negatividade que é constitutiva do mundo e se faz presente em toda a percepção da complexidade. Sentidos empobrecidos que, como se verá, não se prestam à reflexão e que são funcionais à manutenção das coisas como estão” CASARA, 2020, p. 11).

Precisamos saber fazer as perguntas certas e trabalhar para ampla mobilização, dispondo das melhores respostas possíveis.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção. Homo Sacer, II, I*. São Paulo: Boitempo, 2004.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda. Razões e Significados de uma Distinção Política*, 3ª. Ed. São Paulo: Unesp, 2011

CASARA, Rubens. *Estado Pós-Democrático. Neo-Obscurantismo e Gestão dos Indesejáveis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. *Bolsonaro. O Mito e o Sintoma*. São Paulo: Contracorrente, 2020

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo. Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GORE, Al. *O Ataque à Razão*. São Paulo: Manole, 2007

LEWIS, Michael. *O Quinto Risco*. São Paulo: Intrínseca, 2019

MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no Século XX. Vol. 1. O Espírito do Tempo. Neurose*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *Cultura de Massas no Século XX. Vol. 2 O Espírito do Tempo. Necrose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

REIS, Fábio Wanderley. Crise Política e “Opinião Pública” contra o Eleitorado. In MIGUEL, Luís Felipe e BIROLI, Flávia. *Encruzilhadas da Democracia*. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2017, págs. 15-44

VAZ, Alcides Costa. Gerais erram ao levar lógica militar para o governo. *Folha de São Paulo*, 13 de junho de 2020.